



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Fausto Campos**



**Recurso em Sentido Estrito n:** 0023211-37.2011.8.17.0000 (0262430-8)  
**Comarca:** Recife  
**Vara:** 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes  
**Requerente:** MPPE  
**Requerido:** Sandro Soares Carneiro  
**Advogado:** Carlos André Franco da Silva  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto Campos

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. TRÁFICO DE DROGAS. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. LIBERDADE PROVISÓRIA DEFERIDA PELO JUÍZO A QUO. RECURSO MINISTERIAL PELA PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE MOTIVOS A JUSTIFICAR A MEDIDA EXTREMA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE DEFERIDO. RÉU QUE COMPARECEU A TODOS OS ATOS DO PROCESSO. CUSTÓDIA DESNECESSÁRIA.

1. Ao conceder a liberdade provisória, o juiz reputou ausentes nos autos elementos a evidenciar que a liberdade do réu traria prejuízos a ordem pública, a instrução criminal ou a efetividade da lei penal, além de restar comprovada a primariedade, o endereço fixo e o exercício de profissão definida.
2. A circunstância de ter o réu respondido a outro processo não se presta a autorizar a prisão preventiva, vez que extinta a punibilidade em razão da prescrição, inviabilizando tal registro como fundamento para imposição da medida extrema.
3. Em liberdade o réu compareceu a todos os atos do processo e teve deferido o direito de apelar em liberdade da sentença que o condenou, revelando a desnecessidade da prisão.
4. Recurso desprovido. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso em Sentido Estrito, em que são partes as acima mencionadas. **Acordam** os Desembargadores componentes da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade, **negar provimento** ao presente recurso, conforme consta na ata de julgamento, relatório, voto e notas taquigráficas que passam a integrar o presente aresto.

Recife, 16 de julho de 2014.

**Des. Fausto Campos**  
**Relator**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Fausto Campos**



**Recurso em Sentido Estrito n:** 0023211-37.2011.8.17.0000 (0262430-8)  
**Comarca:** Recife  
**Vara:** 2ª Vara Criminal dos Feltos Relativos a Entorpecentes  
**Requerente:** MPPE  
**Requerido:** Sandro Soares Carneiro  
**Advogado:** Carlos André Franco da Silva  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto Campos

**RELATÓRIO**

Trata-se de Recurso em Sentido Estrito Interposto pelo **Ministério Público** em face de decisão concessiva de liberdade provisória ao Recorrido.

Alega o *Parquet* em suas razões, às fls. 03-04, que se encontram presentes os requisitos e pressupostos dos arts. 311 e 312 do CPP, a justificar a prisão preventiva, visto que o Recorrido fora autuado em flagrante com 55 (cinquenta e cinco) pedras de "crack" e tinha em sua residência arma de fogo, munições e objetos de uso policial, sem qualquer autorização legal, além já haver processado anteriormente pela prática de roubo. Ressalta, ainda, a quantidade da droga apreendida e seu potencial lesivo, afirmando que uma vez solto ele continuará a delinquir.

Em contrarrazões, o Recorrido requer seja mantida a decisão vergastada, por preencher os requisitos legais para a liberdade provisória, que seriam a primariedade e endereço fixo, inexistindo risco à ordem pública. Aduz ainda ser pacífico o entendimento pelos tribunais da possibilidade de concessão do benefício para o crime de tráfico de drogas (fls. 34-40).

O juízo monocrático, exercendo o juízo de retratação, manteve sua decisão à fl. 42.

A douta Procuradora de Justiça, Milta Maria Paes de Sá, em seu parecer de fls. 56-60, opina pelo não provimento do recurso em sentido estrito, para que seja mantida a liberdade provisória do Recorrido.

Eis o importante a relatar. Inclua-se em pauta.

Recife, 22 de maio de 2014.

**Des. Fausto Campos**  
**Relator**



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Fausto Campos**



**Recurso em Sentido Estrito n:** 0023211-37.2011.8.17.0000 (0262430-8)  
**Comarca:** Recife  
**Vara:** 2ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes  
**Requerente:** MPPE  
**Requerido:** Sandro Soares Carneiro  
**Advogado:** Carlos André Franco da Silva  
**Órgão Julgador:** Primeira Câmara Criminal  
**Relator:** Des. Fausto Campos

**VOTO**

O Órgão Ministerial pretende o provimento do recurso para reformar a decisão atacada e decretar a prisão preventiva do Recorrido, todavia, como bem salientou a douta Procuradora de Justiça, a pretensão não merece acolhimento, consoante será demonstrado adiante.

Verifico nos autos da Apelação 0050279-90.2010.8.17.0001, em apenso, que no dia 13 de setembro de 2010, o Recorrido foi autuado em flagrante delito quando trazia consigo 55 pedras de "crack" e por ter em sua casa um revólver calibre 38 municiado e mais 19 munições, bem como capa de colete, cinto tático com coldre, conforme registra o auto flagrancial.

Ao analisar o pleito de concessão da liberdade provisória, o juiz processante entendeu que inexistiam nos autos elementos a evidenciar que a liberdade do Recorrido prejudicaria a ordem pública, a instrução criminal ou a efetividade da lei penal, além de restar comprovada a primariedade, o endereço fixo e o exercício de profissão definida.

Fundamentou ainda a decisão de fls. 29/30, argumentando que a jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, admitia a concessão de liberdade provisória, ainda que por crime de tráfico de drogas, quando não houve a necessidade da segregação para garantia da ordem pública.

A circunstância de ter o Recorrido respondido a processo por crime de roubo, não se presta a autorizar a prisão preventiva, uma vez que o feito teve a punibilidade extinta em razão da prescrição, de modo a obstar tal registro criminal como fundamento para imposição da medida extrema.

Oportuno salientar que durante o curso do processo discutido, mesmo em liberdade o Recorrido compareceu a todos os atos processuais e não há qualquer notícia de que tenha atentado contra a ordem pública ou causado embaraços à coleta judicial de provas.



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete Desembargador Fausto Campos**



Ressalto que já foi prolatada a sentença condenatória e ao Recorrido foi deferido o direito de recorrer em liberdade, a despeito de lhe haver sido impostas penas de 05 (cinco) anos pelo delito de tráfico de drogas e 01 (um) ano pelo delito de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido.

Ademais, no recurso de apelação a Procuradoria de Justiça se manifestou pelo provimento parcial do recurso para fazer incidir a minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06.

Portanto, não encontro razão a ensejar a prisão cautelar.

Isto posto, voto pelo **desprovimento do presente recurso**.

É como voto.

Recife, 10 de *junho* de 20*14*

**Des. Fausto Campos**

**Relator**